

EVOLUÇÃO



I PEQUENO SEMINÁRIO

ARTE/EDUCAÇÃO COMPROMETIDA NA DIPED
CAPELA DO SOCORRO



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.62>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):

Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thais Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjangó (Angola)

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateauf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:

T.I Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 6, n. 62 (dez. 2025). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2025. 210 p. : il. color

Bibliografia

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.62

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2025

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternativo.com.br
CNPJ: 28.657.494/0001-09

05 EDITORIAL

Antonio R P Medrado

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac Chateaneuf

07 ESPECIAL

I PEQUENO SEMINÁRIO - Práticas para uma Arte/Educação Colaborativa

DIPED - Capela do Socorro

12 POIESIS

J. Wilton



ARTIGOS

1. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E OS DESAFIOS DA DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
Adriana Pereira Santos da Silva 17
2. CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PERSPECTIVA INTEGRADA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA
Adriana Silva de Santana Barros 24
3. ALFABETIZAÇÃO MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE O BRINCAR E O PENSAR
Amanda Zuza dos Anjos 30
4. A ESCOLA NA COMUNIDADE: CAMINHOS PARA ENFRENTAR OS INÚMEROS DESAFIOS
Ana Maria Dainauskas Soares 41
5. PLANO DE ACÇÃO PARA FORTALECER A INTEGRAÇÃO ENTRE ÁREAS DA GESTÃO ESTRATÉGICA PARA MELHORIA DO ENSINO NO INSTITUTO SUPERIOR INTERNACIONAL DE ANGOLA
Ana Maria Mbuilo Pambu 48
6. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NA PROGRESSÃO DE CARREIRA PROFISSIONAL: CASO DE ESTUDO DOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE LUCALA NO CUANZA NORTE
Beatriz Mena Kanga Marques 56
7. A RELEVÂNCIA DA GESTÃO ESTRATÉGICA PARA GARANTIA DA COMPETIVIDADE DAS EMPRESAS PÚBLICAS ANGOLANAS (CASO DA EDIÇÕES NOVEMBRO-E.P.)
Bernarda Domingos Martins 62
8. BRINCAR LIVRE NA PRIMEIRA INFÂNCIA: A ABORDAGEM DE EMMI PIKLER PARA AUTONOMIA E PROTAGONISMO INFANTIL
Cícera da Silva Ramos 68
9. IMPLICAÇÕES DIDÁTICAS: QUESTÕES SOBRE A ALFABETIZAÇÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS
Cláudia Regina Mistreli 74
10. UMA REFLEXÃO BIBLIOGRÁFICA: A PROBLEMÁTICA DO ANALFABETISMO CIENTÍFICO EM ANGOLA
Edson da Conceição Graça 82
11. MOTIVAÇÃO LABORAL COMO FACTOR DE PRODUTIVIDADE DOCENTE NO INSTITUTO TÉCNICO PRIVADO MARCIVAL
Felisberto da Cruz Félix 89
12. MODALIDADES DE ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: UMA PERSPECTIVA ENTRE O IDEAL E O REAL
Fortuna Neto Figueiredo Vitangui 96
13. EXPRESSÃO, CRIATIVIDADE E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA
Ingrid da Silva Cavalcante de Paula 110
14. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
Joice de Andrade Silva 117
15. MINI HISTÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A FOTOGRAFIA E A DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA COMO INSTRUMENTOS DE NARRATIVA E APRENDIZAGEM
Leandro de Almeida Oliveira 124
16. PROTAGONISMO, INTERAÇÕES E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO À LUZ DA BNCC
Luciane de Jesus Mineiro de Lima 131
17. POSSIBILIDADES E RESISTÊNCIAS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA #TAMOJUNTO NA ZONA LESTE PAULISTANA: ENTRE TENSÕES E ENGAJAMENTOS
Marcelo Cunha 141
18. INFÂNCIA, CULTURA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO INFANTIL HUMANIZADORA
Maria de Lourdes Ferreira da Silva 156
19. O PARQUE COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO
Orlaneide Ferreira Santos Diamante 163
20. O MOBILIÁRIO NA PEDAGOGIA MONTESSORI: CONTRIBUIÇÕES PARA A AUTONOMIA E DESENVOLVIMENTO INFANTIL
Renata da Costa Braz 169
21. EDUCAÇÃO CIENTÍFICA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: APRENDIZAGENS, EXPERIÊNCIAS E INTERAÇÕES
Rosemeire Santos de Deus Lopes 176
22. UMA ANÁLISE SOBRE AS DIFICULDADES DOS ESTUDANTES DOS 8º ANOS DA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO FLORENTINO COM AS AULAS REMOTAS
Sidnei Aparecido da Costa 182
23. DIREITOS DO CONSUMIDOR NO ENSINO PARTICULAR EM ANGOLA – UM OLHAR JURÍDICO CONSTITUCIONAL
Simão Vembo 192
24. CRIANÇAS MIGRANTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA
Simone Gomes de Macêdo Miranda Silva Ferreira 204

**ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES.
SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.**

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é mais do que uma revista, é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



Indexadores: _____



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



CRIANÇAS MIGRANTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL : DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA

SIMONE GOMES DE MACÉDO MIRANDA SILVA FERREIRA¹

RESUMO

O presente artigo discute os desafios e as possibilidades relacionados à inclusão de crianças migrantes na Educação Infantil, com ênfase em práticas pedagógicas voltadas ao acolhimento, ao respeito à diversidade e à valorização das identidades culturais. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em autores que analisam a interculturalidade, o currículo e os processos de aprendizagem mediados pelas relações sociais, como Candau (2012), Arroyo (2012), Moreira e Candau (2007) e Vygotsky (1998). A análise teórica desenvolvida problematiza a necessidade de ressignificação do currículo a partir de uma perspectiva intercultural, considerando as experiências das crianças migrantes como elemento relevante para a construção de saberes e de pertencimento. A literatura analisada indica que práticas pedagógicas inclusivas demandam processos contínuos de escuta, diálogo e troca entre culturas, nos quais o educador atua como mediador das relações educativas. Assim, o reconhecimento das múltiplas culturas presentes na primeira infância é discutido como um aspecto central para a construção de uma educação inclusiva, ética e comprometida com a cidadania infantil.

Palavras-chave: Currículo Intercultural; Diversidade Cultural; Inclusão; Migração.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA

Nas últimas décadas, o Brasil tem se tornado um destino cada vez mais frequente para famílias migrantes e refugiadas vindas de diferentes partes do mundo. A migração contemporânea apresenta uma nova configuração, na qual há um número crescente de mulheres e crianças que chegam ao país, compondo o cenário escolar brasileiro (OLIVEIRA; TONHATI, 2022). Esses movimentos populacionais impactam diretamente as instituições educacionais, sobretudo a Educação Infantil, etapa em que se constroem as bases da convivência, da linguagem e da identidade social.

A Constituição Federal (1988) estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo promover o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205). Entretanto, oferecer acesso não basta — é fundamental assegurar que as crianças permaneçam na escola, sintam-se acolhidas e aprendam de forma significativa. A Resolução nº 1/2020 do Conselho Nacional de Educação reforça esse compromisso ao garantir o direito de matrícula de crianças migrantes, apátridas e solicitantes de refúgio nas redes públicas de ensino, reafirmando o princípio da equidade e do respeito à diversidade.

¹ Licenciatura Plena em Pedagogia e em Artes; Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo, SME, PMSP

Considerando essa realidade, este estudo tem como objetivo discutir os desafios e as potencialidades das práticas pedagógicas inclusivas na Educação Infantil, em um contexto marcado pela presença de crianças migrantes e pela necessidade de valorização das diferentes identidades culturais.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, de caráter exploratório, fundamentada em autores que discutem a inclusão escolar, a migração e a educação intercultural. Foram analisados documentos oficiais e teóricos como a Constituição Federal (1988), o Plano Nacional de Educação (2014), a Base Nacional Comum Curricular (2018), o Currículo da Cidade de São Paulo (2020), e obras de autores como Araújo e Contreras (2017), Ferreiro (2001) e Marshall (1967).

O objetivo foi compreender como as políticas educacionais e as práticas pedagógicas vêm se articulando para garantir o direito à educação e a inclusão das crianças migrantes na Educação Infantil.

A PRESENÇA DAS CRIANÇAS MIGRANTES NA ESCOLA BRASILEIRA

Ao longo dos últimos anos, o Brasil tem recebido um número crescente de imigrantes, atraídos ou forçados a migrar por fatores de ordem econômica, política e humanitária.

A migração na atualidade caracteriza-se por sua amplitude e heterogeneidade, envolvendo não apenas trabalhadores adultos, mas também famílias inteiras, mulheres e crianças em fase escolar. Como apontam Oliveira e Tonhati (2022, p. 9), “junto ao aumento no número de mulheres, observa-se um novo processo nas migrações internacionais para o país, em que há a chegada de mais crianças e adolescentes”.

Esses fluxos migratórios exercem influência direta sobre a educação, particularmente na Educação Infantil, uma vez

que a escola se constitui como um dos primeiros espaços de acolhimento e socialização das crianças migrantes. Em 2020, apesar dos desafios decorrentes da pandemia da Covid-19, o Brasil alcançou o maior índice de matrículas de estudantes imigrantes de toda a série histórica, o que, conforme Oliveira e Tonhati (2022, p. 28), demonstra “a necessidade de políticas públicas inclusivas que garantam o acesso, a permanência e a valorização da diversidade cultural nas escolas.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 205, que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Com essa determinação, reafirma-se o princípio de que toda criança tem direito à educação, independentemente de nacionalidade ou status migratório, consolidando a escola como lugar de inclusão e exercício da cidadania.

Em consonância com esse princípio, a Resolução nº 1, de 13 de novembro de 2020, garante o direito de matrícula de “crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro” (BRASIL, 2020). Essa conquista normativa simboliza um avanço significativo no reconhecimento da diversidade cultural e linguística que compõe as salas de aula, reforçando o compromisso do Estado com os direitos humanos e com a universalização da educação.

Mesmo com o reconhecimento legal do direito à educação, as crianças migrantes ainda enfrentam nas escolas brasileiras desafios de ordem estrutural e simbólica. Muitas instituições não dispõem de recursos pedagógicos adequados, nem de formação docente voltada à educação intercultural.

De acordo com o Currículo da Cidade de São Paulo (2020, p. 60), “o acolhimento adequado pode ser determinante para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de

estudantes migrantes. O ato de acolher começa no primeiro contato: a matrícula”. O documento enfatiza que esse momento inicial é simbólico, pois carrega o primeiro gesto de reconhecimento e pertencimento da criança e de sua família à comunidade escolar. A maneira como o acolhimento é realizado influencia diretamente a formação de vínculos afetivos e o estabelecimento de relações de confiança entre os sujeitos envolvidos.

Além da legislação nacional, é importante considerar o marco internacional da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, elaborada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que define como refugiada toda pessoa que, “temendo ser perseguida por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou não quer valer-se da proteção desse país” (ACNUR, 1951, p. 2). Essa definição amplia a compreensão sobre o perfil das crianças migrantes, muitas das quais vivenciam trajetórias marcadas por deslocamentos forçados e perdas culturais, o que exige um olhar sensível e empático por parte das escolas.

No contexto municipal, o Currículo da Cidade – Povos Migrantes (São Paulo, 2020, p. 42) indica que a rede pública de ensino abriga atualmente “um total de 11.213 migrantes de 110 nacionalidades diferentes”, com predominância de estudantes de origem boliviana, venezuelana, haitiana e angolana. O referido dado confirma a presença de uma rica diversidade cultural nas instituições de ensino, evidenciando a necessidade de políticas curriculares que contemplem as particularidades desses grupos.

Ao reconhecer que “a educação das crianças está diretamente relacionada com a cidadania” e que “o direito à educação é um direito social de cidadania genuíno” (MARSHALL, 1967, p. 73), compreende-se que a inclusão das crianças migrantes é também um ato de justiça social. Assim, a escola passa a representar o ambiente em que o direito à educação se efetiva

na prática do acolhimento, do respeito e da valorização das diferenças humanas.

INTERCULTURALIDADE E RESSIGNIFICAÇÃO DO CURRÍCULO

A chegada de crianças migrantes à Educação Infantil exige que a escola reveja seu papel social e cultural. Mais do que um espaço de transmissão de conteúdos, a escola é um lugar de encontro entre saberes, identidades e modos de ser, que se constroem nas interações cotidianas. Assim, o conceito de interculturalidade mostra sua importância ao promover encontros reais entre diferentes culturas, superando abordagens que reconhecem a diversidade apenas no discurso.

Segundo Candau (2012, p. 25), a educação intercultural “não se restringe à convivência entre culturas diferentes, mas implica a construção de uma relação dialógica, crítica e solidária entre elas”. Segundo a autora, a interculturalidade não se limita a comemorar a diversidade, mas constitui um movimento político-pedagógico voltado a romper relações desiguais de poder e garantir equidade e visibilidade a todos no ambiente escolar. Isso significa que, ao receber uma criança migrante, a escola deve ir além da acolhida formal: deve garantir que sua língua, cultura e memória coletiva sejam valorizadas como parte do currículo.

De modo semelhante, Arroyo (2013, p. 19) afirma que a escola precisa se tornar “um território de direitos e reconhecimento das diferenças humanas, culturais e sociais”. Segundo o autor, a formação profissional dos docentes deve incluir um compromisso ético com a diversidade, de modo a impedir que se reproduzam processos de invisibilização de grupos marginalizados. Ao trabalhar com crianças migrantes, o educador é convidado a exercitar a escuta sensível e a curiosidade cultural, compreendendo que cada criança traz consigo um universo simbólico e linguístico que enriquece o ambiente educativo.

A ressignificação do currículo surge, então, como uma exigência prática da interculturalidade. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018, p. 39) afirma que, na Educação Infantil, é fundamental “criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais [...] ampliando o modo de perceber a si mesmas e ao outro”. Essa necessidade implica analisar criticamente práticas pedagógicas e recursos didáticos que, por vezes, apresentam uma infância representada de forma única, sob lógica eurocêntrica e uniformizada.

Ferreiro (2001, p. 10) aponta que “a escola pública, gratuita e obrigatória do século XX é herdeira da do século anterior, encarregada de criar um único povo, uma única nação, anulando as diferenças entre os cidadãos”. A inclusão curricular depende de concebê-lo como um espaço de diálogo cultural, no qual os saberes das crianças e de suas famílias sejam reconhecidos e articulados às práticas educativas.

Nesse processo, a linguagem desempenha papel essencial. A criança migrante pode enfrentar barreiras comunicativas ao chegar a uma nova escola, e é nesse momento que o educador precisa reconhecer o valor da multilinguagem e das múltiplas formas de expressão. O Currículo da Cidade de São Paulo (2020, p. 99) orienta que as práticas pedagógicas “valorizem as línguas maternas das crianças migrantes, considerando-as como parte da diversidade linguística e cultural da comunidade escolar”. Essa valorização não se restringe à tradução literal, mas à incorporação simbólica das vozes, gestos, músicas e histórias que compõem o repertório cultural das crianças.

Hall (2006) contribui para essa reflexão ao afirmar que a identidade cultural é um “processo em constante construção”, e não uma essência fixa. Para o autor, as identidades são formadas “através da diferença, e não fora dela” (HALL, 2006, p. 47). Dessa forma, o currículo intercultural precisa favorecer a compreensão de que as diferenças constituem fontes de

conhecimento, troca e vínculo, e não motivos de ameaça.

Além disso, o Documento Curricular da Educação Infantil do MEC (2020) reforça que o currículo deve ser pensado como “um conjunto de práticas que articulam experiências e saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico” (BRASIL, 2020, p. 13). Essa concepção contrapõe-se a um currículo fixo e padronizado, propondo um currículo flexível e contextual, que reconheça e valorize as múltiplas experiências das crianças migrantes.

Para que tal proposta se realize, faz-se imprescindível promover a formação continuada de docentes, pautada na compreensão da diversidade cultural como base da prática pedagógica. Candau (2012, p. 61) destaca que a formação docente precisa “propiciar a reflexão sobre o papel da escola na reprodução das desigualdades e sobre as possibilidades de transformação a partir de uma educação intercultural crítica”. Tal formação precisa favorecer a tomada de consciência dos educadores acerca de seus preconceitos, indicando que a inclusão intercultural requer, para além de estratégias diferenciadas, uma reconfiguração ética e sensível em relação ao outro.

A interculturalidade, portanto, não é uma metodologia, mas uma postura ética e política que atravessa todas as dimensões da prática educativa. Implica reconhecer o outro como sujeito de direitos, portador de saberes e experiências legítimas, e promover um diálogo que não hierarquize culturas. Assim, ressignificar o currículo na Educação Infantil significa torná-lo plural, afetivo e democrático, em que cada criança possa se ver representada, respeitada e incluída no processo de aprendizagem.

Como sintetiza Candau (2012, p. 30), “a educação intercultural crítica é uma proposta de transformação da escola e da sociedade, comprometida com a justiça social, o reconhecimento da diferença e a construção de uma convivência democrática”. Essa é a direção

que deve orientar o trabalho pedagógico com crianças migrantes — uma educação que ensina a conviver, dialogar e aprender com a diferença, desde a infância.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Promover a inclusão de crianças migrantes na Educação Infantil requer muito mais do que garantir a matrícula: exige ações pedagógicas concretas, currículos abertos e posturas docentes sensíveis à diversidade cultural. Uma pedagogia verdadeiramente inclusiva demanda um processo constante, orientado pelo respeito às singularidades e pela apreciação das variadas expressões e modos de aprendizagem.

Como indicam Araújo e Contreras (2017, p. 2), “a aprendizagem e socialização da criança imigrante é conturbada, mas sua adaptação e aprendizagem são rápidas”. Os autores defendem que a efetivação de uma pedagogia culturalmente situada requer a revisão crítica dos currículos e a criação de metodologias que valorizem as experiências socioculturais dos alunos. Segundo essa perspectiva, o ensino deve incorporar momentos de convivência cultural que façam com que as crianças se sintam parte do grupo e, simultaneamente, afirmem suas raízes.

No âmbito da Educação Infantil, o brincar se destaca como linguagem universal, capaz de promover o diálogo entre culturas. Por meio das brincadeiras, as crianças constroem significados, negociam regras e aprendem a conviver com as diferenças. O Currículo da Cidade – Povos Migrantes (São Paulo, 2020, p. 99) sugere diversas práticas pedagógicas que fortalecem o acolhimento e o respeito à diversidade, como o uso de “livros com protagonistas migrantes”, “bonecos com diferentes características étnicas”, “canções de diversos países” e “eventos que valorizem a culinária, danças e costumes de diferentes nações”. Tais experiências favorecem a criação de vínculos afetivos e simbólicos entre as crianças, além de promoverem o sentimento de pertencimento.

Essas práticas dialogam com o que Ferreiro (2001, p. 10) propõe ao afirmar que a escola deve “transformar a diversidade conhecida em diversidade pedagógica”. Uma transformação como essa pressupõe perceber que as diferenças culturais não atrapalham o processo educativo — ao contrário, tornam-no mais rico e significativo. A pedagogia da diversidade, assim, incentiva o educador a construir ambientes inclusivos, nos quais o erro é compreendido como etapa do aprendizado e o conhecimento se desenvolve de forma coletiva.

A BNCC (2018, p. 40) reforça essa abordagem ao destacar que, na Educação Infantil, é preciso “criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, costumes e celebrações”. Esse contato permite que as crianças ampliem seu repertório simbólico e desenvolvam atitudes de respeito e empatia, valores fundamentais para a formação cidadã e para a convivência em sociedades multiculturais.

A preparação profissional do professor é, da mesma forma, um eixo estruturante das práticas educativas inclusivas. É papel do educador reconhecer que o trabalho com a diversidade requer constante reflexão sobre suas próprias concepções, valores e preconceitos.

É necessário que essa formação combine teoria e prática, para que o docente possa construir competências interculturais, incluindo a escuta ativa, o diálogo e a valorização dos conhecimentos das famílias.

Por fim, é importante ressaltar que a inclusão de crianças migrantes também depende de ações coletivas e políticas institucionais. O Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), em sua meta 5, prevê o apoio à alfabetização de “crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes”, reconhecendo que o respeito à língua materna e à identidade cultural é condição essencial para uma educação de qualidade. Essa diretriz, ao ser estendida às crianças migrantes, contribui para que a escola se torne um espaço de convivência democrática e de respeito às diferenças.

Em síntese, uma prática pedagógica inclusiva na Educação Infantil deve unir acolhimento, sensibilidade cultural e intencionalidade educativa. Ao fazer do cotidiano da escola um território de convivência cultural, a instituição assume sua missão social de formar pessoas reflexivas, solidárias e capazes de dialogar — bases indispensáveis para uma sociedade mais plural e justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença de crianças migrantes nas instituições de Educação Infantil demonstra que o verdadeiro processo inclusivo ultrapassa a dimensão física da matrícula, envolvendo o respeito às diferenças culturais e o desenvolvimento de práticas educativas acolhedoras. A análise desenvolvida neste estudo reforça que a escola é um espaço social privilegiado para o exercício da convivência com a diferença e para o desenvolvimento de valores como respeito, empatia e solidariedade.

Com base nas discussões teóricas apresentadas, compreende-se que a interculturalidade deve ser entendida como um princípio orientador das ações educativas, capaz de promover o diálogo entre culturas e a ressignificação do currículo. Essa abordagem pressupõe revisar concepções pedagógicas, integrar conhecimentos diversos e considerar que o repertório cultural de cada criança é essencial à construção do conhecimento.

Conclui-se que a inserção de crianças migrantes na Educação Infantil requer, além de políticas públicas eficazes, uma formação docente pautada na sensibilidade intercultural e no compromisso com a equidade.

A escola, ao orientar suas ações pela interculturalidade, afirma-se como um espaço de reconhecimento, pertencimento e mudança social, comprometido com a construção de uma sociedade democrática e plural.

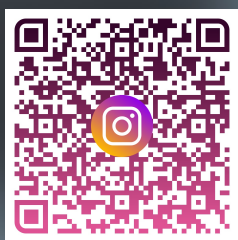
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Genebra, Suíça, 1951. Disponível em:

- https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em: 28 nov. 2025.
- ARAÚJO, D. P.; CONTRERAS, H.S.H. A criança imigrante e a escola: adaptação social e curricular. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13., 2017. Formação de professores: contextos, sentidos e práticas. 2017.
- ARROYO, Miguel G. Ofício de mestre: imagens e autoimagens. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- ARROYO, Miguel G. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Documento Curricular para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2020.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 28 nov. 2025.
- BRASIL. Resolução nº 1, de 13 de novembro de 2020. Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 16 nov. 2020. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN12020.pdf. Acesso: 28 nov. 2021.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educação intercultural: entre o discurso e a prática. Petrópolis: Vozes, 2012.
- FERREIRO, Emilia. Alfabetização em processo. São Paulo: Cortez, 2001.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 2007.
- OLIVEIRA, Antonio Tadeu de; TONHATI, Tereza Cristina. Migração internacional e educação: o impacto da presença de estudantes estrangeiros nas escolas brasileiras. Brasília: IPEA, 2022.
- SÃO PAULO (Município). Currículo da Cidade: Orientações Pedagógicas – Povos Migrantes. São Paulo: SME, 2020.
- YIGOTSKY, Lev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.62>



COORDENAÇÃO:

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
 Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
 Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Adriana Pereira Santos da Silva
 Adriana Silva de Santana Barros
 Amanda Zuza dos Anjos
 Ana Maria Dainauskas Soares
 Ana Maria Mbuilo Pambu
 Beatriz Mena Kanga Marques
 Bernarda Domingos Martins
 Cícera da Silva Ramos
 Cláudia Regina Mistreli
 Edson da Conceição Graça
 Felisberto da Cruz Félix
 Fortuna Neto Figueiredo Vitangui
 Ingrid da Silva Cavalcante de Paula
 Joice de Andrade Silva
 Leandro de Almeida Oliveira
 Luciane de Jesus Mineiro de Lima
 Marcelo Cunha
 Maria de Lourdes Ferreira da Silva
 Orlaneide Ferreira Santos Diamante
 Renata da Costa Brás
 Rosemeire Santos de Deus Lopes
 Sidnei Aparecido da Costa
 Simão Vembo
 Simone Gomes de Macêdo Miranda Silva Ferreira

Indexadores:



Filiada à:



Parceiros:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres

